

LUIZ CARLOS DE SOUZA FILHO

**A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM NA
FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT**

CURITIBA

2011

LUIZ CARLOS DE SOUZA FILHO

**A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO MORAL DO HOMEM NA
FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia da Educação – Ética, Política e Educação, do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro.

CURITIBA

2011

Resumo

Este trabalho visa analisar a teoria kantiana da educação, tendo como foco principal a formação moral do sujeito. No decorrer de nossa investigação notamos que segundo Kant, o homem é a única criatura que necessita de educação, isso porque é o único animal que carrega consigo o destino de toda a humanidade. Sendo assim, a educação tem como objetivo transformar toda animalidade natural ao ser humano em disciplina e moralização para que então, o homem “formado” seja capaz de agir de modo universalmente válido, a educação kantiana tem como meta principal aniquilar o egoísmo natural do homem e torná-lo um sujeito cosmopolita, capaz de pensar-por-si-mesmo e ainda assim sempre levar os outros em consideração em todas as suas ações.

Sumário

01 - Introdução.....	04
02 - Capítulo 01- O que é o Homem?.....	07
03 - Capítulo 02 – Qual é o papel da educação para o homem?.....	15
04 - Capítulo 03 - A relação entre a educação, a moral e a história.....	25
05 - Conclusão.....	32
06 - Referências Bibliográficas.....	34

01 -Introdução.

Todos os progressos na civilização, pelos quais o homem se educa, têm como fim que os conhecimentos e habilidades adquiridos sirvam para o uso do mundo, mas no mundo o objeto mais importante ao qual o homem pode aplicá-los é o *ser humano*, porque ele é o seu próprio fim último. (KANT, 2006 p. 21)

Nota-se através desta citação retirada de um dos cursos de antropologia de Kant, obra finalizada em 1798, que o filósofo alemão possui uma visão singular a respeito da educação. O homem é a própria causa finalis desta, porém não como sujeito temporal, mas sim como um sujeito cosmopolita, ou seja, um cidadão do mundo. Tendo em vista esta peculiaridade de seu sistema educacional, começamos nossa investigação.

No texto *Sobre a Pedagogia*¹, em seu início, deparamo-nos com a seguinte proposição: “O homem é a única criatura que precisa ser educada” (Pedagogia 441). Proposição, que a um leitor desatento, que pode vir a crer que a filosofia da educação kantiana visa o homem como um ser inferior. A palavra “única” passa a impressão que em face das outras criaturas somos inferiores, pois estes não precisariam passar pelo processo árduo da educação, são guiados por seus instintos. Este pensamento levando-nos ao seguinte questionamento: afinal a educação é uma vantagem ou desvantagem para o homem?

Para respondermos a esta questão, basta-nos obtermos uma visão mais ampla do sistema kantiano. E logo entendemos que esta afirmação é uma valorização do homem e não ao contrário. No decorrer do texto *Sobre a Pedagogia*, começamos a deslumbrar o papel que a educação desempenha na formação do homem individual sempre com vistas a um sujeito universal cosmopolita:

A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação e esta, por sua vez, depende daqueles. Por isso, a educação não poderia dar um passo a frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual lhes acrescenta algo de seu e os transmite a geração que lhe segue. (Pedagogia 446)

¹KANT I. **Sobre a pedagogia**. Trad.: Francisco CockFontanella. Editora Unmep, 2002.

Percebemos nesta citação que a educação é intrinsecamente ligada à política (entendida como desenvolvimento da história humana). Kant inclusive as coloca lado a lado dizendo que “*entre as descobertas humanas há duas difícilísimas, e são: a arte de governar os homens e a arte de educá-los*” (Pedagogia 447). A primeira referindo-se a política e a segunda a *arte da educação ou pedagogia*” (Pedagogia 447). Outro aspecto deste elo entre política e educação fica claro na definição do que é a disciplina: “*a disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais*” (Pedagogia 442). Vemos que esse “destino” do homem, na filosofia de Kant (com o auxílio de outros textos), é um destino moral, que é atingido através do esclarecimento (Aufklärung)²:

Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo. (KANT, 2008 p.63)

Podemos arriscar a dizer que o único modo do homem sair de sua menoridade é através da educação. Somente recebendo uma formação adequada (uma que vise à constituição de um *sujeito moral cosmopolita*, que por sua vez o possibilite fazer uso de seu próprio entendimento³), é que ele poderá atingir seu fim supremo que é a moralidade.

Talvez a educação se torne sempre melhor e cada uma das gerações futuras dê um passo a mais em direção ao aperfeiçoamento da humanidade, uma vez que o grande segredo da perfeição da natureza se esconde no próprio problema da educação. (Pedagogia 444)

Observando tal A posição de Kant, não podemos deixar de lembrar o famoso texto *Idéia Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* de 1784, o qual nos mostra quanto a educação está ligada com o desenvolvimento da história da humanidade:

²“através de um progressivo iluminar-se (Aufklärung), a fundação de um modo de pensar que podemos transformar, como tempo, as toscas disposições naturais para o discernimento moral em princípios práticos determinados e assim finalmente transformar um acordo extorquido patologicamente para uma sociedade em um todo moral” (Idéia de Uma História de Um Ponto de Vista Cosmopolita, p. 09)

³Seria necessário ir aos textos críticos para esclarecer alguns dos termos usados, razão, moralidade, cosmopolita, esclarecimento etc. Porém devido a limitação, isto não será possível.

Numa criatura, a razão é a faculdade de ampliar as regras e os propósitos do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece nenhum limite aos seus projetos. Ela, todavia, não atua sozinha de maneira instintiva mas, ao contrário, necessita de tentativas, exercícios e ensinamentos para progredir, aos poucos, de um grau de inteligência (Einsicht) a outro. Para isso um homem precisa ter uma vida desmensuradamente longa a fim de aprender a fazer uso pleno de todas as suas disposições naturais; ou, se a natureza concedeu-lhe somente um curto tempo de vida (como efetivamente aconteceu), ela necessita de uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas às outras as suas luzes para finalmente conduzir, em nossa espécie o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao seu propósito. (KANT, 2003 p. 06)

Vemos na interpretação kantiana do desenvolvimento da história, a necessidade da educação. É através dela que se pode transmitir os ensinamentos às próximas gerações, tornando possível o avanço de toda a humanidade. Possibilitando, dessa maneira, retornarmos à fundamentação de que “o homem é a única criatura que precisa ser educada” (Pedagogia 441). O destino moral é árduo e pesado, pois um sujeito para Kant deve carregar consigo o destino de toda a humanidade, e a educação, com isso, forma sujeitos cosmopolitas capazes de carregar este fardo.

02 - Capítulo 01- O que é o Homem?

Com a pergunta “o que é o homem?” iniciamos nossa investigação acerca do papel da educação para Immanuel Kant. Tal questionamento não é proposto de forma arbitrária, pois basta uma rápida passada de olhos pelo sistema filosófico de Kant para notarmos que todo seu pensamento está direta ou indiretamente ligado a esta indagação. Notamos esta relevância já na primeira crítica, quando o filósofo afirma:

Todo o interesse da minha razão (tanto especulativa como prática) concentra-se nas seguintes três interrogações:

- 1) O que posso saber?
- 2) O que devo fazer?
- 3) Que me é permitido esperar? (KrV, B833)

Tais questões, de um modo geral, abrangem todo o pensamento kantiano. A primeira (“O que posso saber?”) remete-se a primeira Crítica de Kant, na qual é tratada a possibilidade do conhecimento, ou seja, como é possível conhecer os objetos a nossa volta, limitando nosso conhecimento somente aos dados adquiridos pela sensibilidade, a saber, os objetos empíricos, porém, é claro, que sem nossas faculdades intelectuais da sensibilidade: imaginação, entendimento e razão, também não seria possível o conhecimento. A segunda questão (“O que devo fazer?”) refere-se às investigações morais realizadas pelo autor na Fundamentação da Metafísica dos Costumes e na Crítica da Razão Prática.

Tais investigações sobre a moral são essenciais para nossa questão principal sobre a educação. Como veremos, a educação, assim como a própria filosofia, tem por objetivo a moralização (racional) dos homens. É através deste fim moral que a educação pode ser equiparada com a política. Assim como em Aristóteles, para Kant os governantes possuem a mesma finalidade de levar seu povo à virtude através de bons hábitos que lhes incutem – assim como o professor também tem o objetivo de educar e moralizar seus alunos.

Se a educação tem como fim a moralização do homem, ela tem como pressuposto uma legislação racional sobre nossas ações, e é justamente dentro desta perspectiva moral que emerge a terceira questão (“Que me é permitido esperar?”), ou seja, dentro deste fundo moral: o que esperar ao agir para merecer a felicidade? É uma religião não no sentido dogmático da palavra, mas sim no sentido racional, é uma fé racional, deve-se a isto que ao fim no segundo prefácio da KrV Kant anuncia que teve de “(...) suprimir o *saber* para encontrar lugar para a *crença*, e o dogmatismo da metafísica, ou seja, o preconceito de nela se progredir, sem crítica da razão pura, é a

verdadeira fonte de toda a incredulidade, que está em conflito com a moralidade e é sempre muito dogmática” (BXXX). Isso significa que através da KrV abandona-se o uso dogmático da razão e abre-se caminho para a crença racional na moralização da humanidade. Fato este que trabalharemos com mais calma nos próximos capítulos.

Estas questões fundamentais da filosofia de Kant também estão presentes no *Manual dos Cursos de Lógica* publicado por Jäsche, texto produzido com as anotações realizadas por este durante os cursos ministrados por Kant. Fato que faz com que tais questões ganhem importância para nossa investigação, pois são observações feitas por Kant em sala, ou seja, tais questões são importantes não só para a própria filosofia e para o sistema filosófico kantiano, mas também para o próprio exercício de lecionar. Vejamos:

O campo da filosofia, nesta significação cosmopolita, pode reduzir-se às seguintes questões:

- 1) que **posso** saber?
- 2) que **devo** fazer?
- 3) que me é **permitido** esperar?
- 4) que **é** o homem?

A **Metafísica** responde à primeira questão; a **Moral**, à segunda; a **Religião**, à terceira; e a **Antropologia**, à quarta. Mas, fundamentalmente, **tudo poderia reduzir-se à antropologia**, pois as **três primeiras questões remetem a última**. (Lógica, AK25)

Notamos então que todas as perguntas anteriores remetem-se a quarta: “o que é o homem?” É inconcebível tratar sobre a educação, que é o foco desta investigação, sem definir o que seja este homem o qual se pretende educar e formar. Segundo Kant, o homem pode ser definido como um ser racional, por este motivo o homem é o único “animal que precisa ser educado”. Os demais animais, ao contrário do homem, agem puramente por instinto, já o homem age através de “legislações” racionais e é claro por tratar-se também de um animal é influenciado por seus instintos. É por esta influência negativa que o homem necessita da educação para controlar seus instintos e buscar a excelência moral. O homem além de seu corpo possui faculdades cognitivas responsáveis pelo conhecimento, a saber: a sensibilidade, a imaginação, o entendimento e por fim a razão. Estas faculdades quando operam corretamente são responsáveis por proporcionar todo e qualquer conhecimento. Este tem início na sensibilidade, que por sua vez, “é a pedra de toque” das regras do entendimento, ou seja, sem a sensibilidade não teríamos conhecimento algum.

Para que se realize o conhecimento, somente a sensibilidade não é o suficiente. É preciso que as sensações sejam “interpretadas” pelas demais faculdades

– a imaginação, o entendimento e a razão. A imaginação, ao receber as informações da sensibilidade, produz sínteses: “(...) a síntese em geral é, (...) um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível da alma, sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência” (KrV B103). O entendimento é a faculdade dos conceitos, das categorias, que por sua vez, também realiza sínteses, o nome dado ao “ato” de ligação das “imagens” produzidas pela imaginação através dos dados da sensibilidade. Com as categorias do entendimento, forma-se então um juízo sobre algo, como por exemplo: para dizer “isto existe” foi realizada uma síntese entre a representação sensível e a categoria de existência. A razão, por fim, tem a função de realizar sistemas, ou seja, mostrar que todo juízo faz parte de um todo. Sendo assim, a razão é a responsável pela ideia de totalidade e regularidade da natureza. Para o conhecimento cada uma destas faculdades possui um papel imprescindível. Vejamos:

O entendimento é positivo e expulsa as trevas da ignorância – o juízo é mais negativo e previne dos erros provenientes da luz crepuscular em que os objetos aparecem. –A razão fecha as fontes dos erros (os preconceitos) e com isso garante o entendimento mediante universalidade dos princípios. (...) para a categoria dos pensadores as máximas seguintes (já mencionadas acima como conduzindo à **sabedoria**) podem se tornar mandamentos imutáveis:

1. **Pensar por si.**
2. **Pôr-se** (na comunicação com seres humanos) **no lugar do outro.**
3. **Pensar sempre de acordo consigo mesmo.** (KANT, 2006 p.126)

Vemos então que as perguntas, feitas por Kant em várias oportunidades de seu sistema, inevitavelmente resultam no esclarecimento (que por sua vez é pensar de acordo com si mesmo): “*Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é culpado. A minoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo*” (Kant, 2008 p.63). Porém, este pensar por si mesmo deve sempre levar o outro em consideração, ou seja, pôr-se no lugar do outro, que por sua vez é a base de toda a moralidade kantiana. Graças a uma legislação racional livre que nos colocamos no lugar do outro, e é só pensando livremente que se torna possível o agir moral. Retomando as três máximas que nos conduzem a sabedoria podemos afirmar que:

O primeiro princípio é negativo é o princípio do modo de pensar **livre de coação**; o segundo é positivo, é o princípio do **modo liberal de pensar**, que se acomoda aos conceitos

dos outros, o terceiro, o principio do modo conseqüente (**coerente**) de pensar;(...) A Mais importante revolução no interior do ser humano é “a saída do estado de menoridade em que se encontra por **sua própria culpa**. Enquanto até aqui outros pensavam por ele, e ele simplesmente imitou ou precisou de **andadeiras**, agora, **vacilante** ainda, ele **ousa avançar com os próprios pés** no chão da experiência. (KANT, 2006 p. 126)

Na primeira obra crítica de Kant (*Crítica da Razão Pura*) é operada uma revolução não só em seu próprio pensamento (pré-crítico – crítico), como também em seu próprio tempo. O filósofo de Königsberg insere-se em um grande debate filosófico entre os empiristas e os racionalistas. Significa que em sua época predominavam dois tipos de investigações filosóficas. A primeira pautava-se na própria experiência, afirmando que tal era a única fonte de conhecimento seguro e a segunda, ao contrário, afirmava que o único caminho seguro para o conhecimento era através da própria razão humana.

Nesta obra é realizada a famosa “revolução copernicana na filosofia”. Assim como na inversão descoberta por Copérnico (na qual é descoberta pela primeira vez que a terra deixa de ser o centro do universo) temos na filosofia, através de Kant, uma inversão no modo pelo qual conhecemos os próprios objetos. É a própria natureza que deve submeter-se a nossas faculdades cognitivas e pautar-se na experiência:

Se a intuição tivesse de se guiar pela natureza dos objetos, não vejo como deles se poderia conhecer algo *a priori*; se, pelo contrário, o objeto (enquanto objeto dos sentidos) se guiar pela natureza da nossa faculdade de intuição, posso perfeitamente representar essa possibilidade. Como, porém, não posso deter-me nessas intuições, desde o momento em que devem tornar-se conhecimentos; como é preciso, pelo contrário, que as reporte, como representações, a qualquer coisa que seja seu objeto e que determino por meio delas, terei que admitir que ou os *conceitos*, com a ajuda dos quais opero esta determinação, se regulam também pelo objeto e incorro no mesma dificuldade acerca do modo pelo qual dele poderei saber algo *a priori*; ou então os objetos, ou que é o mesmo, a *experiência* pela qual nos são conhecidos (como objetos dados) regula-se por esses conceitos e assim vejo um modo mais simples de sair do embaraço. (BXVII)

Notamos que nosso conhecimento deve regular-se por nossos conceitos. Evidente também, para que seja possível conhecê-los, é necessário que eles estejam situados em um espaço e um tempo determinados, ou seja, “(...) há duas formas puras

da intuição sensível, como princípios do conhecimento *a priori*, a saber, o espaço e o tempo”(KrV B36). Graças a estas formas puras da intuição e as nossas faculdades cognitivas, as categorias, é que somos capazes de conhecer os objetos a nossa volta, a própria natureza.

Com efeito, a própria experiência é uma forma de conhecimento que exige concurso do entendimento, cuja regra devo pressupor em mim antes de me serem dados os objetos, por consequência, *a priori* e essa regra é expressa em conceitos *a priori*, pelos quais têm de se regular necessariamente todos os objetos da experiência e com os quais devem concordar. (KrV BXVIII)

A partir deste momento os objetos são conhecidos através de nossas percepções, isto é, nós não conhecemos o objeto em si mesmo, mas somente a representação sensível desse objeto. Ocorre, assim, a célebre distinção que percorre todo o pensamento crítico do autor, a saber, a distinção entre coisa-em-si e fenômeno.

Que o entendimento só pode fazer um uso empírico e nunca um uso transcendental de todos os seus princípios *a priori*, e mesmo de todos os seus conceitos, é uma proposição que, convictamente reconhecida, acarreta importantes consequências. O uso transcendental de um conceito, em qualquer princípio, consiste em referi-lo a coisas *em geral* e em si; é empírico, porém, o uso que se refere simplesmente aos *fenômenos*, ou seja, a objetos de uma experiência possível. Mas que apenas este último uso se possa sempre verificar, é o que daí se depreende. (KrV B298)

Sendo assim, nunca conhecemos a coisa-em-si mesma, mas somente o fenômeno, ou seja, não podemos ir para além do que nossos sentidos e nossas faculdades captam da própria coisa. Segundo Kant, querer ir para além do próprio fenômeno, conhecer a coisa-em-si, é um erro natural a toda razão humana. Erro este que deve ser impedido, que por sua vez limita nosso conhecimento aos fenômenos, pela própria Crítica.

Tal distinção entre coisa-em-si e fenômeno leva-nos a outro problema que é resolvido por ela, a saber, o embate entre liberdade e natureza. Como explicar a possibilidade da liberdade em um mundo no qual a lei de causa e efeito impera sobre todos os objetos, inclusive sobre o próprio homem? Pois o homem é um objeto no mundo empírico, porém é um ser que transcende a definição de um objeto determinado, pois ele “pensa” esses objetos como também, pensa-se a si mesmo.

O principal momento onde é abordado o problema da liberdade, face à

natureza, é na primeira Crítica nas *Antinomias da Razão Pura*. Segundo Kant, o único modo de mostrar a incapacidade da razão em solucionar o impasse da antinomia da liberdade é analisando e levando seu conflito racional até suas Últimas consequências. Vejamos:

A *Antinomia* é colocada por Kant do seguinte modo: de um lado temos “A causalidade segundo as leis da natureza não é a única de onde podem ser derivados os fenômenos do mundo no seu conjunto. Há ainda uma causalidade pela liberdade que é necessário admitir para os explicar” (B472 = A444); do outro lado temos: “Não há liberdade, mas tudo no mundo acontece unicamente em virtude das leis da natureza” (B473 = A445).

Para a solução deste impasse racional Kant apela à divisão que percorre toda a *Crítica da Razão Pura*, a distinção entre coisa-em-si e fenômeno. Tomando os “objetos⁴” ou a própria liberdade enquanto fenômeno, ela é inexistente, pois todos os acontecimentos do mundo estão sob a legislação da lei da causa e efeito. Porém, de outro lado, é preciso pensar a liberdade como uma coisa-em-si, ou seja, pensar a liberdade como sendo possível: “suponhamos que há uma liberdade no sentido transcendental” (B475). Porque se ela não existisse, não seria possível a liberdade prática, como também seríamos seres totalmente determinados. Sendo assim, a razão humana nunca conseguirá provar a existência da liberdade, porém também não conseguirá provar que não existe liberdade.

É válido lembrar que essas questões abordadas pelas Antinomias (Deus, Alma, Liberdade e Mundo) são questões naturais à própria razão humana, isso significa que são inevitáveis e necessárias para todo conhecimento humano⁵. Contudo, apesar de que aparentemente as Antinomias resolverem-se na KrV, e ganhamos a possibilidade de pensar estes conceitos sem contradição, ao menos enquanto ideia, não as conhecemos e nem as sentimos. São apenas ideias ou princípios reguladores da razão.

(...) ao admitirmos esses seres ideais, não ampliamos propriamente o nosso conhecimento para além dos objetos

⁴ Somente a nível de esclarecimento, quando digo “objetos no mundo”, devemos entendê-los já como fenômenos, pois toda representação empírica para Kant já é fenômeno. Não podemos entender que quando nos referimos a objetos do mundo estamos falando das próprias coisas-em-si, pois a coisa-em-si para Kant é apenas um conceito limite, que serve para nos alertar que nunca devemos nos atrever a ir para além dos objetos que nos são apresentados, ou seja, os fenômenos.

⁵ “A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.” (KrV A-VII)

da experiência possível, mas apenas a unidade empírica desta, mediante a unidade sistemática, cujo esquema nos é dado pela ideia, tendo esta o valor de princípio simplesmente regulador e não constitutivo. (KrV B703)

Em outra passagem da KrV, vemos a importância destes princípios reguladores da razão, não só para o conhecimento dos fenômenos, como também para a fundamentação da moralidade, pois é graças a possibilidade de pensar a liberdade sou capaz de fundamentar a moralidade.

Embora tenhamos de dizer dos conceitos transcendentais da razão que são apenas ideias, nem por isso os devemos considerar supérfluos e vãos. Pois ainda quando nenhum objeto possa por eles ser determinado, podem, contudo, no fundo e sem serem notados, servir ao entendimento de cânone que lhe permite estender o seu uso e torná-lo homogêneo; por meio deles o conhecimento não conhece, é certo, nenhum objeto, além dos que conheceria por meio dos seus próprios conceitos, mas será melhor dirigido e irá mais longe neste conhecimento. Sem falar de que podem, porventura, esses conceitos transcendentais da razão estabelecer uma transição entre os conceitos da natureza e os conceitos práticos e assim proporcionar consistência às ideias morais e um vínculo com os conhecimentos especulativos da razão. (KrV B386)

Temos então mais uma divisão como consequência da distinção entre fenômenos e coisa-em-si. A divisão entre o sensível e o inteligível, é graças a distinção entre a coisa-em-si e fenômeno que torna-se possível pensar em “objetos” inteligíveis, como por exemplo Deus, Alma e Mundo, em oposição aos objetos sensíveis os quais podemos conhecer através de nossos sentidos. Como dito anteriormente, o Homem é o único ser capaz de perceber os fenômenos, pensar as coisas-em-si mesmas, sentir-se a si próprio como fenômeno e por fim pensar-se como coisa em si mesma. Celso Pinheiro em sua obra “Kant e a Educação” apontapara esta interpretação, nos dizendo que Kant

(...) parte de uma divisão do homem em dois âmbitos. Por um lado, o homem é compreendido como como ser sensível, que vive no mundo fenomênico, e convive com as determinações da natureza. Por outro lado, o homem é considerado um ser inteligível, pertencente ao mundo numênico. (PINHEIRO, 2007, p.14)

Notamos também que o homem se diferencia de todas as coisas e animais irracionais justamente por ter a capacidade pensar por si mesmo. Segundo Kant, inicia-se muito cedo, assim que o homem começa a falar por meio do Eu, o egoísmo começa a crescer na mesma proporção. “A partir do dia em que começa a falar por meio do eu, o ser humano, onde pode, faz esse seu querido eu aparecer, e o egoísmo progride irresistivelmente (...)” (Kant, 2006 p.28). Deve-se principalmente a este motivo que a educação torna-se necessária, pois é através dela que se torna possível podar o egoísmo humano levando-o a agir moralmente. Claro que tal processo de educação é longo e árduo, e, segundo, Kant uma das tarefas mais difíceis da humanidade. “*Entre as descobertas humanas há duas difíceis, e são: a arte de governar os homens e a arte de educá-los*” (Pedagogia 447).

É por este motivo que podemos realizar um paralelo entre a educação, o esclarecimento e a política. Como sabemos através do opúsculo de 1783, o processo do esclarecimento é árduo: “É difícil portanto para um homem em particular livrar-se da minoridade que para ele se tornou quase uma natureza” (Kant, 2008 p.64). Difícil, pois segundo Kant é cômodo ao homem ser menor e não fazer uso do seu próprio entendimento. Se tenho um livro ou alguém que pense por mim me habito a isso e acomodo-me nesta minoridade. Agora surge um impasse. Como é possível levar alguém ao esclarecimento? Vejamos, o pressuposto básico do esclarecimento é pensar por si mesmo, porém assim como é necessário que o príncipe favoreça o esclarecimento, na educação é imprescindível que o professor leve o aluno a pensar por si mesmo.

Agora como é possível que o príncipe ao favorecer o esclarecimento não esteja interferindo neste processo e pensando por seu súdito? Este problema também é enfrentado pela educação, pois como educar sem provocar a dependência do aluno ao seu mestre? *Como possibilitar o esclarecimento, sem ao mesmo tempo impedi-lo?*

Questão fundamental, pois como se sabe o esclarecimento é o pressuposto básico do agir moral, e que por sua vez, a educação seria o percurso do esclarecer-se. Com isso busca pelo papel da educação caminha lado a lado ao próprio papel do esclarecimento para o homem. Podemos dizer que a educação tem por missão livrar o homem de seus instintos naturais, de seu egoísmo latente e de leva-lo a uma conscientização moral. É justamente pensar por si mesmo, porém sem egoísmo colocando-se no lugar do outro.

03 - Capítulo 02 – Qual é o papel da educação para o homem?

Descobrimos que para Kant o “homem” sofre uma dicotomia entre o mundo sensível e o mundo inteligível, temos então de um lado o homem enquanto ser biológico (temporal e fenomênico) e de outro, o homem enquanto ideia que representa em si mesmo toda a humanidade. Sendo assim, “(...) o conceito de homem é fruto de sua interação com essa dualidade, já que, do ponto de vista da temporalidade, o homem é natureza, e, do ponto de vista do inteligível, o homem é humanidade” (Pinheiro, 2007 p. 23).

Neste sentido a educação vem para solucionar essa dualidade humana. Ela possui a responsabilidade de levar o homem, que em seu estado natural é egoísta e mesquinho, para um estado moral cosmopolita. A educação tem por objetivo principal levar o homem de seu estado de rudeza para um estado polido e civilizado. Pois bem, sua primeira meta é livrar o homem de seu egoísmo, de sua animalidade, por este motivo o homem é o único ser que precisa ser educado⁶. Os demais guiam-se pelo instinto, já o homem deve ser guiado pela razão. A educação é o meio para permitir que a razão possa legislar sobre nossa vontade.

Segundo Kant, o egoísmo humano inicia-se cedo. Assim que nasce, a criança já tem certa inclinação ao egoísmo. Por este motivo, não devemos ceder a todas as vontades das crianças, nem mesmo quando choram. Se realizarmos todas as suas vontades, estamos contribuindo para o crescimento de seu egoísmo até que a criança se torne um déspota.

Deixemos, pois, que chorem à vontade, e logo eles mesmos ficarão cansados de chorar. Mas, se cedermos a todos os seus caprichos na primeira infância, corrompemos deste modo o seu coração e os seus costumes (...). Enquanto precisam apenas chorar e tudo acontece ao seu redor, eles dominam como verdadeiros déspotas. (Pedagogia 460)

O pensamento kantiano a respeito da educação pode ser dividido em duas etapas: a educação física e a educação prática. A primeira, como foi dito, visa livrar o homem de sua animalidade e a segunda é a formação moral do próprio homem. É interessante notarmos que a educação física aparece em primeiro lugar em sua teoria, justamente para mostrar que sem disciplina e obediência o homem jamais irá se tornar

⁶“o homem é a única criatura que precisa ser educada” (Pedagogia 441).

um cidadão moral e civilizado. Depois de este homem adquirir a disciplina é que torna-se possível educá-lo e instruí-lo.

Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem. A falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina. (Pedagogia 444)

No que se refere à educação física (disciplina e instrução), podemos subdividi-la em dois momentos. A parte negativa que se destina a impedir que os defeitos das crianças se desenvolvam, e a parte positiva na qual a criança adquire cultura e instrução. Já a educação prática é destinada ao direcionamento moral da criança.

Apesar da educação kantiana valorizar a disciplina que é a parte negativa e ser um tanto quanto dura para realização de sua finalidade que é a moralização, não só de um homem individual, mas também da própria humanidade, “a passagem do estado de natureza á humanidade é a própria representação de toda tarefa e finalidade da educação humana” (Pinheiro, 2007, p. 17). Ela jamais representa violência, pois “(...) os golpes não são, pois, um belo presente, pelo qual alguém possa mostrar-se agradecido; e pode-se imaginar facilmente com que coração a criança beija a mão de quem lhe bate” (Pedagogia 461).

Essa rigidez da educação para Kant deve-se a uma preocupação do filósofo alemão em preparar a criança para a vida, para as dificuldades que serão enfrentadas no futuro pela criança, e por este motivo que as “(...) distrações não devem jamais ser toleradas, muito menos na escola, porque acabam por degenerar numa certa tendência, num certo hábito” (Pedagogia 474). Notamos que existe equilíbrio na preparação da criança para a sua vida futura, ou seja, nem o excesso e nem a falta de rigidez.

O homem deve permanecer ocupado, de tal modo que, tendo em vista, o fim que almeja se realize sem sentir-se a si mesmo, e o seu melhor repouso seja aquele que sucede ao trabalho. A criança, portanto, seja habituada ao trabalho. E onde a tendência ao trabalho pode ser mais bem cultivada que na escola? A escola é uma cultura obrigatória. Prejudica-se à criança, se se a acostuma a considerar tudo um divertimento. Ela deve certamente ter seu tempo de recreio, mas também as suas horas de trabalho. Se ela não aprende logo a utilidade desta obrigação, descobrirá mais tarde seus grandes frutos. Querer responder sempre às perguntas infantis: “Para que isto? para quê?”, seria a mesma coisa que, em geral, fomentar lhes a indiscrição. A

educação ser impositiva; mas nem por isso deve ser escravizante. (Pedagogia 472)

A primeira etapa da educação física “(...) consiste propriamente nos cuidados materiais prestados às crianças ou pelos pais, ou pelas amas de leite, ou pelas babas” (Pedagogia 456). Essa etapa inicial da educação para Kant deve ser rígida e é muito próxima a educação do Emílio de Rousseau, que tem como meta conservar as forças naturais do ser humano, pois “(...) uma educação rígida fortifica o corpo (...) e nos afasta das comodidades.” (Pedagogia 464)

Em geral, deve-se observar que a primeira educação deve ser puramente negativa, isto é, que nada se deve acrescentar às precauções tomadas pela natureza, mas que deve restringir-se a não perturbar a sua ação. (Pedagogia 459)

Nesta primeira etapa da educação kantiana sua principal meta é “(...) impedir que as crianças cresçam muito delicadas. A fortaleza é o oposto da moleza” (Pedagogia 463). Como também impedir que ela adquira maus hábitos. Aliás não é bom que ela adquira hábito algum, pois quanto “(...) mais costumes têm um homem, tanto menos é livre e independente” (Pedagogia 463). A obtenção de hábitos é recriminada por Kant, porque o hábito faz com que o sujeito Haja por costume, quase que por instinto, e não por pensar por si mesmo. Por este motivo que os hábitos devem ser evitados com todas as forças, pois segundo Kant as crianças se habituem rapidamente a eles.

Não há nada a que se habituem mais facilmente as crianças do que às substâncias excitantes, como, por exemplo, ao tabaco, à aguardente, às bebidas quentes; portanto, é imperioso não habituá-las àquelas. (Pedagogia 463)

Nesta fase de desenvolvimento também é importante que o homem habitua-se “(...) a dormir em certas horas marcadas, para não perturbar as funções corporais” (Pedagogia 463). Vemos que esta parte negativa da educação preocupa-se mais com os cuidados corporais das crianças, e o cuidado de não estragá-las.

Por outro lado, a parte positiva da educação física é a instrução, a cultura e principalmente a preparação do corpo e da alma da criança. Kant, aqui, retoma o pensamento de Rousseau.

Os instrumentos resultam danosos à habilidade natural. Assim, servimo-nos de uma corda para medir uma certa distância, mas pode-se fazê-lo simplesmente com o olhar; valemo-nos de um relógio para determinar a hora, mas bastaria olhar a posição do sol; servimo-nos de uma bússola para nos orientar numa floresta, mas podemos sabê-lo também observando o sol, se é dia, ou as estrelas, se é de noite. (Pedagogia 466)

Assim como para Rousseau, Kant também mostra a importância da criança desenvolver-se da forma mais independente possível. Sua meta é desenvolver o corpo humano e suas habilidades de modo natural e livre. A educação seria um prolongamento das habilidades naturais do próprio corpo do homem. É uma valorização do corpo humano, deve-se a isto que os jogos nesta fase são imprescindíveis:

O jogo de bola é um dos melhores para as crianças, pois requer a corrida benfazeja. Em geral, os melhores jogos são aqueles que, além de desenvolver a habilidade, provocam exercício dos sentidos; por exemplo, o exercício da visão, ao julgar com exatidão a distância, a grandeza e a proporção, ao descobrir posições dos lugares conforme as regiões do céu com a ajuda do sol, e assim por diante: todos esses exercícios são bons. (Pedagogia 467)

Assim como os jogos servem para desenvolver as habilidades do homem, as brincadeiras infantis também se destinam ao mesmo fim, que é o de exercitar as habilidades físicas e aguçar os sentidos das crianças. Entretanto “(...) não se trata aqui de brincadeiras, mas de brincadeiras com objetivo e finalidade” (Pedagogia 468).

Todas as brincadeiras e jogos devem ter como objetivo a preparação das crianças para a sociedade. São nestes momentos que as crianças demonstram suas habilidades, habilidades estas que certamente afloraram no futuro. Por esse motivo, estes jogos também possuem a meta a socialização das crianças. Neste ponto, Kant muito influenciado por Rousseau afirma:

Deve-se zelar para que na cultura do corpo também se eduque para a sociedade. Diz Rousseau: ‘Não conseguireis jamais formar homens sábios, se antes não formardes traquinas’. Mas, de um garoto esperto conseguir-se-á um homem de bem, antes que de um impertinente que banca o espeto. (Pedagogia 469)

O próximo passo da educação física é a cultura da alma, que é novamente o embate entre liberdade e natureza. Até o momento na cultura do corpo, foi exercitado e estudado o homem enquanto ser natural, pertencente a natureza, e a partir de agora Kant irá analisar o homem enquanto ser inteligível, a saber, enquanto ser racional e livre. Ambos os tipos de cultura, a do corpo e da alma, “(...) *concordam no seguinte: cultivando-as, deve-se procurar impedir que se corrompam mutuamente e procurar que a arte aporte algo tanto àquele como a esta*” (Pedagogia 469).

Para Kant as crianças devem ser “(...) habituadas desde cedo nas ocupações sérias, uma vez que, ingressarão um dia na vida em sociedade” (Pedagogia 470). As crianças não devem ficar a toa, pois (assim como afirmado no opúsculo do esclarecimento) “(...) quanto mais ele se abandona á preguiça, mais dificilmente se decide a trabalhar” (Pedagogia 470). O melhor momento onde esta preparação para a vida do trabalho é exercitada é na escola, onde a “(...) educação deve ser impositiva; mas nem por isso deve ser escravizante” (Pedagogia 472).

Outro ponto importante a ser trabalhado pela educação física é a formação do gosto, no qual se formará uma mente correta e justa. “O primeiro gosto a ser cultivado será o dos sentidos, sobretudo o da vista e, finalmente, o das ideias” (Pedagogia 476). O gosto dos sentidos é exercitado através de experiências: a criança realizando atos justos, contemplando atitudes morais etc. O gosto das ideias é o início da legislação moral, no qual a criança começa a agir de acordo com suas próprias máximas. Como se sabe a formação do gosto, tanto dos sentidos quanto das ideias, é uma preparação importantíssima para a moralização do homem.

Dão-se então os primeiros verdadeiros passos que levarão da rudeza à cultura, que consiste propriamente no valor social do homem; **aí desenvolve-se aos poucos os talentos, forma-se o gosto [grifo meu]** e tem início, através de um progressivo iluminar-se (Aufklärung), a fundação de um modo de pensar que pode transformar, com o tempo, as toscas disposições naturais para o discernimento moral em princípios práticos determinados e assim finalmente transformar um acordo extorquido patologicamente para uma sociedade em um todo moral. (KANT, 2003 p. 09)

É a formação do gosto que possibilita Kant a passar da educação física, da disciplina, para começar a introduzir a necessidade de moralização das crianças. Esta é a passagem da educação física para a educação prática, pois a moralidade só ocorre quando a criança começa a agir por máximas próprias e não por hábito. Por que se as atitudes nobres são realizadas por um hábito e não por máximas? Logo

serão um fardo ou então esquecidas. Esse período da educação, a moralização, é a mais difícil de todas, é necessário “(...) muito conhecimento por parte dos pais e mestres” (Pedagogia 480).

A moralidade é algo tão santo e sublime que não se deve rebaixá-la, nem igualá-la à disciplina. O primeiro esforço da cultura moral é lançar os fundamentos da formação do caráter. O caráter consiste no hábito de agir segundo certas máximas. Estas são, a princípio, as da escola e, mais tarde, as da humanidade (Pedagogia 481).

As máximas da humanidade nada mais são que máximas morais, que podem ser resumidas no simples fato de se colocar no lugar do outro, tomar toda a humanidade em sua própria pessoa. É a habilidade, única dos seres humanos, de se colocar no lugar do outro. O que possibilita o ensino da moralidade.

À educação prática, pertence: a habilidade, a prudência e por fim a moralidade. Podemos definir a habilidade como uma técnica do fazer. Deve ser “sólida e não passageira”, como também imprescindível ao talento. Sem se adquirir a técnica da pintura, jamais alguém se tornará um bom pintor. Assim ocorre com todas as artes, é preciso saber a técnica para que aflore o talento do indivíduo. Já a prudência “(...) consiste na arte de aplicar aos homens a nossa habilidade, ou seja, de nos servir dos demais para nossos objetivos” (Pedagogia 486). A última parte, e mais importante da educação prática, é a moralidade que diz “respeito ao caráter”.

Se se quer formar um bom caráter, é preciso antes domar as paixões. No que toca às suas tendências, o homem não deve deixá-las tornarem-se paixões, antes deve aprender a privar-se um pouco, quando algo lhe é negado. Sustine quer dizer: suporta e acostuma a suportar! (Pedagogia 487)

A etapa suprema da educação física é a formação e consolidação do caráter, a educação atua através da formação do caráter. Neste ponto a teoria kantiana distancia-se da de Rousseau, pois para Kant o homem não é bom nem mau por natureza. Já para Rousseau, diferente de Kant, o homem é bom, mas a sociedade o corrompe.

Pergunta: o homem é moralmente bom ou mau por natureza? Não é bom nem mau por natureza, porque não é um ser moral por natureza. Torna-se moral apenas quando eleva a razão até aos conceitos do dever e da lei. Pode-se, entretanto, dizer que o homem traz em si tendências

originárias para todos os vícios, pois tem inclinações e instintos que o impulsionam para um lado, enquanto que sua razão o impulsiona para o contrário. (Pedagogia 492)

Podemos voltar ao início de nossa argumentação. Vimos que a educação é necessária justamente pela dualidade vivida pelo homem. De um lado temos a natureza, a animalidade do homem arrebatando-o para as inclinações e paixões. De outro, com o auxílio de uma educação adequada, a razão humana levando-o a agir por máximas morais e universais, mais uma vez emerge o embate entre liberdade e natureza, como vimos no primeiro capítulo.

Sendo assim, podemos definir resumidamente, com Kant, quatro passos que devem ser seguidos pela educação para que se torne possível a moralização da humanidade, ou ao menos, “conduzir a posteridade a um grau mais elevado” (Pedagogia 449). O primeiro passo dado pela educação é que o homem deve ser *disciplinado*, quer dizer “(...) impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvageria” (Pedagogia 449).

O segundo passo na educação do homem é que ele se torne *culto*, isto é, nada mais do que adquirir cultura. “A cultura é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins almejados” (Pedagogia 449). O próximo passo é a prudência, termo importante desde Aristóteles, que por sua vez nos leva a felicidade e para uma vida boa. O homem prudente para Kant é aquele que encontra e permanece em seu lugar na sociedade, que seja querido e que tenha influência. “A esta espécie de cultura permanece a que se chama propriamente civilidade” (Pedagogia 449).

Por fim, o quarto e último passo dado na educação pelo homem é “cuidar da moralização”, que por sua vez consiste na habilidade do homem em escolher “bons fins”. Isto, por sua vez, nos remete a uma esboçada formalização do Imperativo Categórico Kantiano. “Bons são aqueles fins que são aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” (Pedagogia 450). “Pela educação, vemos que o indivíduo se torna plenamente responsável por seu destino, consciente dos valores morais, do dever e de sua natureza, como fim em si.” (PINHEIRO 2007 p.19)

Este quarto passo na educação, possibilita que o homem possa ser: “ou treinado, disciplinado, instruído, mecanicamente, ou ser em verdade ilustrado” (Pedagogia 450). Chegamos agora a um ponto principal em nossa investigação, o

papel dessa educação é possibilitar ao homem o esclarecimento. Vemos que o quarto passo é a moralização do homem e equivale-se a sua ilustração.

Essa equivalência entre esclarecimento e moralização surge já na sequência do texto da *Pedagogia*. “Vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade.” (Pedagogia 451)

Essa mesma expressão da *Pedagogia*, reaparece em outros dois textos de Kant em situações semelhantes. O primeiro momento é no *Opúsculo Sobre o Esclarecimento* :

Se for feita então a pergunta, portanto: vivemos atualmente numa época esclarecida? **A resposta será: não, mas numa época de esclarecimento.** Falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual, em matéria religiosa, sejam capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. Considera sob este aspecto, esta época é a época do esclarecimento, ou o século de *Frederico*. (KANT, 2008, p.69)

Através deste elogio a Frederico II como sendo um déspota esclarecido, por permitir o livre pensar de seus súditos, podemos refletir que assim como na *Pedagogia* Kant afirma que vivemos na “época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade”. Aqui no opúsculo, ele define sua época como a época do esclarecimento, mas ainda não é a época esclarecida ou em outras palavras de moralidade. Curiosamente em uma nota no segundo prefácio da KrV, temos novamente uma afirmação semelhante a estas duas anteriores.

De vez em quando, ouvem-se queixas acerca da superficialidade do modo de pensar da nossa época e sobre a decadência da ciência rigorosa. Pois eu não vejo que as ciências, cujo fundamento está bem assente, como a matemática, a física, etc., mereçam, no mínimo que seja, uma censura. Pelo contrário, mantêm a antiga reputação de bem fundamentadas e ultrapassam-na mesmo nos últimos tempos. Esse mesmo espírito mostrar-se-ia também eficaz nas demais espécies de conhecimentos, se houvesse o cuidado prévio de retificar os princípios dessas ciências. À falta desta retificação, a indiferença, a dúvida e, finalmente, a crítica severa são outras provas de um modo de pensar rigoroso. A nossa época é a época da crítica, à qual tudo

tem que submeter-se. A *religião*, pela sua *santidade* e a *legislação*, pela sua *majestade*, querem igualmente subtrair-se a ela. Mas então suscitam contra elas justificadas suspeitas e não podem aspirar ao sincero respeito, que a razão só concede a quem pode sustentar o seu livre e público exame. (KrV AXI)

Vemos que a época de Kant também é a época da Crítica à qual tudo deve submeter-se, e por que a educação ficaria fora dela? É evidente que o espírito crítico também paira sobre a teoria kantiana da educação. Por essa influência crítica que a teoria educacional kantiana deve ter por fim a moralização do homem. Ela quem levará o homem da época da disciplina, de cultura, de civilização, de esclarecimento e por fim da crítica, para um todo moral, contribuindo assim para o desenvolvimento moral da humanidade.

Talvez a educação se torne sempre melhor a cada uma das gerações futuras dê um passo a mais em direção ao aperfeiçoamento da humanidade, uma vez que o grande segredo da perfeição da natureza humana se esconde no próprio problema da educação. (Pedagogia 444)

Por fim nos vem à questão: como é possível conciliar o constrangimento e a coerção da educação com a liberdade que é condição necessária para o esclarecimento? Segundo Kant, o segredo da educação é encontrar o equilíbrio entre o constrangimento e a liberdade. É necessário que o aluno compreenda que sua liberdade pressupõe certo constrangimento.

Um dos maiores problemas da educação é o de poder conciliar a submissão ao constrangimento das leis com o exercício da liberdade. Na verdade, o constrangimento é necessário! Mas, de que modo cultivar a liberdade? É preciso habituar o educando a suportar que sua liberdade seja submetida ao constrangimento de outrem e que, ao mesmo tempo dirija corretamente sua liberdade. Sem esta condição, não haverá nele senão algo mecânico; e o homem, terminada sua educação, não saberá usar sua liberdade. (Pedagogia 453)

É interessante notar que essa submissão da liberdade às leis é exatamente uma preparação para a legislação racional que ocorre nas ações morais por excelência. Sendo assim, a educação precisa cuidar para que “(...) o discípulo aja segundo suas

próprias máximas, e não por simples hábito, e que não faça simplesmente o bem, mas o faça porque é bem em si” (Pedagogia 475). Mas como leva-lo a tal autonomia?

04 - Capítulo 03 -A relação entre a educação, a moral e a história.

Temos agora o objetivo de buscar como é possível a educação levar o aluno a adquirir essa autonomia, como também a importância da educação na formação do caráter do sujeito, pois sem o caráter e autonomia é impossível o agir moral. “Se uma das tarefas da educação é educar o caráter autônomo do homem, então verificamos que a finalidade da educação é, realmente, o próprio homem, pessoa moral”(Pinheiro 2007 p.118).

É a educação quem faz o sujeito adquirir o hábito de agir segundo máximas. Primeiro, de forma heterônima: a criança é obrigada a seguir regras impostas. Segundo, de forma autônoma: a razão legisla sobre sua vontade, na qual ela se coloca no lugar do outro. “Apenas a educação é capaz de ensinar o homem a domar seus impulsos e instintos mais egoístas e heterônomos. A educação propicia ao homem a aproximação de um mundo melhor, uma sociedade justa, onde reine a paz perpétua entre os homens e as nações, ou seja, a educação propicia a aproximação com um reino dos fins possível na Terra”(Pinheiro, 2007, p.120).

Se se quer formar um bom caráter, é preciso antes domar as paixões. No que toca às suas tendências, o homem não deve deixá-las tornarem-se paixões, antes deve aprender a privar-se um pouco, quando algo lhe é negado. Sustine quer dizer: suporta e acostuma a suportar! (Pedagogia 487)

Por este motivo que a primeira fase da educação, como Já vimos, é negativa. Ela é quem forma o caráter do homem, é a educação física quem doma as paixões dos seres humanos, ou seja, é ela quem humaniza o homem. Sem a educação, o homem seria guiado pelo instinto, e jamais seria possível educá-lo. Interessante notarmos também que o caráter é o responsável pelas más ações cometidas pelos seres humanos. Isto é, a imoralidade é fruto da falta de caráter e não da natureza humana. Como veremos, a moralidade é natural à razão humana.

Neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma **boa vontade**. Discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar e como quer que possam chamar-se os demais talentos do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidades do temperamento, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem

tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama caráter, não for boa .(KANT, 1974 p. 203)

Para que entendamos a moralidade kantiana, devemos ter claro que toda ação moral pressupõe liberdade, isto é, a ação moral só é possível mediante liberdade. Entretanto como entender uma ação livre, se a liberdade só pode ser pensada e jamais comprovada ou sentida?

Pois bem, segundo Kant, nossas ações são guiadas pela faculdade racional, para todas as nossas ações existe uma legislação racional. Tal legislação ocorre de duas maneiras distintas. A primeira é chamada de heteronomia da razão, onde a razão é influenciada por móveis sensíveis, as inclinações e os prazeres. A segunda maneira é de forma autônoma, na qual a razão legisla de modo livre, ou seja, de modo universalmente válido.

Deste modo o próprio conceito de vontade em Kant é modificado, pois a “(...) vontade é concebida como a faculdade de se determinar a si mesmo sempre a agir em conformidade com a representação de certas leis. E tal faculdade só se pode encontrar em seres racionais” (KANT, 1974 p. 228). Outro ponto, que devemos passar até que se torne possível a compreensão que a ação moral é livre, é o fato de que nossa faculdade racional é moral e legisla sempre de forma universal, pois mesmo na razão mais vulgar encontramos esta tendência moral.

Assim, no conhecimento moral da razão humana vulgar, chegamos nós a alcançar o seu princípio, princípio esse que a razão vulgar em verdade não concebe abstratamente numa forma geral, mas que mantém sempre realmente diante dos olhos e de que se serve como padrão dos seus juízos. Seria fácil mostrar aqui como ela, como esta **bússola** na mão, sabe perfeitamente distinguir, em todos os casos que se apresentam, o que é bom e o que é mau. O que é conforme ao dever ou o que é contrário a ele. (KANT, 1974 p. 211)

Salta-nos aos olhos o fato de que de alguma maneira temos um retorno, por outro viés, ao pensamento de Rousseau. Se em nossa razão, em nossa natureza, temos uma tendência ao bem, então o mais importante é que a educação não estrague as crianças, ela deve apenas polir essa tendência para que se torne concreta e pensada, é a própria formação do caráter do sujeito.

(...) cabe-nos agora a tarefa de elucidar o mecanismo da determinação da vontade em uma consciência, pois assim se tornará mais simples a compreensão do processo da educação moral, como a finalidade última da educação, que encaminha o homem para sua inteira destinação. (PINHEIRO 2007 p.110)

Sendo assim, o papel da educação e da própria filosofia moral kantiana é apenas o de lucidar esse mecanismo de determinação racional sobre nossa vontade. Ou seja, para Kant, todo ser humano age segundo uma vontade, que por sua vez é uma determinação racional. Quando a vontade for uma vontade boa temos uma ação moral livre de qualquer interesse.

Segundo nosso autor, a liberdade acontece por intermédio de uma legislação racional autônoma, isto é, livre de qualquer interesse. Quando tal legislação acontece agimos em nome de qualquer outro, é um julgamento em nome de toda a humanidade, tornamo-nos legisladores universais, ou seja, sujeitos cosmopolitas.

O conceito segundo o qual todo o ser racional deve considerar-se como legislador universal por todas as máximas da sua vontade para, deste ponto de vista, se julgar a si mesmo e às suas ações, leva a um outro conceito muito fecundo que lhe anda aderente e que é o de um Reino dos Fins. (KANT, 1974 p. 233)

Deve-se a isso que o homem “(...) tem de considerar-se sempre como legislador num reino dos fins possível pela liberdade da vontade, quer seja como membro, quer seja como chefe” (KANT, 1974 p. 233). E é justamente na realização de uma vontade boa que se encontra a liberdade da lei moral. A vontade “(...) é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e liberdade seria a propriedade desta causalidade (...)” (KANT, 1974 p. 243).

Se, pois, se pressupõe liberdade da vontade, segue-se daqui a moralidade com o seu princípio, por simples análise do seu conceito. Entretanto, este princípio continua a ser uma proposição sintética: uma vontade absolutamente boa é aquela cuja máxima pode sempre conter-se a si mesma em si, considerada como lei universal; pois por análise do conceito de uma vontade absolutamente boa não se pode achar aquela propriedade da máxima. (KANT, 1974 p.243)

É interessante notarmos que só existe liberdade na determinação da vontade pela faculdade racional. É através da filosofia de Kant que a liberdade passa a estar ligada a determinação e legislação. Isso está presente em todo o pensamento kantiano, inclusive na liberdade artística, pois “(...) dever-se-ia chamar de arte somente a produção mediante liberdade isto é, mediante um arbítrio que põe a razão como fundamento de suas ações” (KdU174). Sendo assim, a liberdade moral está ligada a realização da vontade boa, ou seja, o papel da educação é levar o aluno a agir e pensar de forma autônoma.

Sendo assim a “(...) educação moral não é o ensino de normas e regras morais. Antes é o pensar por si mesmo” (PINHEIRO, 2007 p106). Mas o que significa este “pensar por si mesmo”? Na educação nada mais é do que fazer com que seu “(...) discípulo Haja segundo suas próprias máximas, e não por simples hábito, e não o faça simplesmente o bem, mas o faça porque é bem em si. Com efeito, todo valor moral das ações reside nas máximas do bem em si” (Pedagogia 475).

Tal tarefa aparentemente ganha um ar de simplicidade, porém este “agir de acordo com suas máximas” ou pensar por si mesmo é o próprio lema do esclarecimento. “Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do Esclarecimento” (KANT, 2008 p. 64). Esse “pensar por si mesmo” ou esclarecer-se, é a condição necessária para a moralidade, não só de um indivíduo isolado, como também da própria humanidade.

Isso nos possibilita voltarmos à questão: como é possível levar o outro a pensar por si mesmo, sem interferir no processo do próprio pensar por si mesmo? Ou ainda, como entender a passagem na qual Kant afirma que “(...) são muito poucos aqueles que conseguiram, pela transformação de seu próprio espírito, emergir da minoridade e empreender então uma marcha segura(...) que porém, um público, esclareça-se a si mesmo, é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável” (KANT, 2008 p. 64). Um homem necessitaria de

(...) uma vida desmesuradamente longa a fim de aprender a fazer uso pleno de todas as suas disposições naturais; ou, se a natureza concedeu-lhe somente um curto tempo de vida (como efetivamente aconteceu), ela necessita de uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas as outras as luzes para finalmente conduzir, em nossa espécie, o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao seu propósito. (KANT, 2003 p. 06)

Neste momento que a educação e o esclarecimento encontram seu lugar na história da humanidade através da moralidade. Pois a história “(...) representa o palco

em que o homem cumpre suas determinações, e aqui é compreendida como liberdade e razão, como progresso em direção a moralidade” (PINHEIRO, 2007, p.21).

Cabe-nos agora a oportunidade de nos aprofundarmos na filosofia da história kantiana, porque ela complementa e finaliza toda sua teoria da educação. Para Kant, “os homens em seus esforços não procedem apenas instintivamente, como os animais, nem tampouco como os razoáveis cidadãos do mundo, segundo um plano preestabelecido, uma história planificada (...)” (KANT, 2003 p. 04). Como se percebe, o homem é uma união do instinto animal com sua capacidade racional. Justamente graças à razão que os homens tendem um dia a tornarem-se esclarecidos e moralizados, ou melhor, constituam uma sociedade justa. “Apenas um progresso lento, um progresso que leve o homem a uma verdadeira liberdade, é possível postular a possibilidade de uma sociedade justa, nos moldes de um reino dos fins” (PINHEIRO, 2007, p.120).

Mais uma vez em seu texto sobre a história, Kant volta ao problema que tentamos solucionar nesta investigação. Como é possível à educação, ou o esclarecimento, levar os homens a pensarem por si mesmos sem, por sua vez, interferir neste processo? Em outras palavras, como o professor ou mesmo o governante pode levar seu povo a um estado de moralização, sem com isso interferir no processo do esclarecimento? E ainda, de onde pode surgir esse homem que levará, para fazer uso da analogia da alegoria da caverna de Platão, os homens das trevas para a luz, da ignorância ao saber, da menoridade a maioridade, e da heteronomia para a autonomia da razão; se, ao contrário de Platão, esse homem esclarecido que já contemplaria a luzes da razão correta não existe efetivamente no mundo?

A dificuldade que a simples ideia dessa tarefa coloca diante dos olhos é que o homem é um animal que, quando vive entre outros de sua espécie, tem necessidade de um senhor. Pois ele certamente abusa de sua liberdade relativamente a seus semelhantes; e, se ele, como criatura racional, deseja uma lei que limite a liberdade de todos, sua inclinação animal egoísta o conduz a excetuar-se onde possa. Ele tem necessidade de um senhor que quebre sua vontade particular e o obrigue a obedecer à vontade universalmente válida, de modo que todos possam ser livres. Mas de onde tirar esse senhor? De nenhum outro lugar senão da espécie humana. Mas este é também um animal que tem necessidade de um senhor. (KANT, 2003 p.11)

Eis o grande problema da educação e do esclarecimento em Kant. Somente

com uma boa educação, uma formação de caráter adequada que se pode ter a esperança de que ao menos no futuro adentraremos em uma época não de esclarecimento, mas sim esclarecida concedida por meio de um governante justo.

O supremo chefe deve ser justo por si mesmo e todavia ser um homem. Essa tarefa é, por isso, a mais difícil de todas; sua solução perfeita é impossível: de uma maneira tão retorcida, da qual o homem é feito, não se pode fazer nada reto. Apenas a aproximação a esta idéia nos é ordenada pela natureza. (KANT, 2003 p.12).

Notemos que, assim como no texto *Sobre a Pedagogia*, a tarefa de “educar” um homem – capaz de transcender suas individualidades mesquinhas e egoístas, como também capaz de conduzir os outros a um estado de moralização –, é uma tarefa tão difícil quanto a de governá-los. “*Entre as descobertas humanas há duas difíceis: a arte de governar os homens e a arte de educá-los*” (Pedagogia 447).

Sendo assim, a educação tem por função “(...) conduzir a nossa espécie aos poucos de um grau inferior de animalidade até o grau supremo de humanidade” (KANT, 2003 p.14), através deste fio condutor racional da história, guiando o homem a seu fim supremo a moralização. Porém deve-se ter cuidado com a aparência de moralidade, ou seja, assim como a educação deve cuidar para que seus “alunos” hajam por dever e não apenas conforme ao dever, ou por hábito, a civilização também deve ser moral e não aparentar-se moral. E quem tem por dever levar tal “missão” a cabo é a própria pedagogia ou a arte de educar, pois é ela quem promove a arte, a cultura e a ciência.

(...) Rousseau não estava tão errado ao preferir o Estado dos selvagens, se se deixar de lado este último degrau que nossa espécie ainda tem de galgar. Mediante a arte e a ciência, somos cultivados em alto grau. Somos civilizados até a saturação por toda espécie de boas maneiras e decoreto sociais. Mas ainda falta muito para nos considerarmos moralizados. (KANT, 2003 p. 16)

Kant, nesse ponto de sua reflexão enfatiza Rousseau. Diz-nos que a sociedade na qual o homem está inserido, se não estiver em plena moralização, realmente é preferível o estado selvagem do homem. Podemos dizer que para Kant, a sociedade corrompe os homens, porém somente até torna-se moralizada plenamente.

Aos poucos o papel da educação passa a ser também o do próprio Estado, o qual deve garantir que seu povo esclareça-se e moralize-se. Assim como no Opúsculo do esclarecimento, é necessário que o déspota dê a seu povo a liberdade de

pensamento. Na educação é necessário que o professor permita o livre pensar de seus alunos. Porém em ambos os casos é necessário também à coerção até que o povo e os alunos estejam aptos a fazerem uso da autonomia da razão, ou seja, auto legislares-se em nome de toda a humanidade. Mesmo que

(...) aos atuais governantes do mundo não sobre até hoje nenhum dinheiro para os estabelecimentos públicos de ensino e em geral para tudo o que tange ao aperfeiçoamento do mundo, por que tudo já está comprometido de antemão com as futuras guerras, mesmo assim eles acharão vantajoso não impedir os esforços particulares, ainda que débeis e vagarosos, de seus povos, ao menos neste aspecto. (Kant, 2003 p. 19)

Por mais difícil que possa parecer a possibilidade da educação e da moralização do homem e da humanidade, é necessário ter uma, para retomar o segundo prefácio da KrV, “fé racional” na moralização do homem. É nesta esperança racional que depositamos todos os nossos esforços na educação deste homem, pois ela é a única forma de passarmos adiante as conquistas e erros de nossa época.

Além disso, o louvável cuidado com os detalhes com que se escreve a história de seu tempo deve levar cada um naturalmente à seguinte inquietação: como nossos descendentes longínquos irão arcar com o fardo da história que nós lhes deixaremos depois de alguns séculos. (KANT, 2003 p. 22)

05 - Conclusão.

Como conclusão desta pesquisa sobre a educação em um filósofo tão grande quanto Kant, o sentimento ao encerrá-la é de admiração e ao mesmo tempo de frustração. Pensar que nosso autor viveu no século XVIII em um principado da Prússia, e por mais de três séculos a educação vem patinando – sem avançar nem um passo, sobretudo no Brasil.

Assim como na época de Kant, a metafísica parecia não avançar em suas investigações desde sua origem. Em nossa época poderíamos dizer que a educação está caminhando, assim como a metafísica caminhava na época de Kant. Em um mero teste, entre inúmeras teorias cada vez mais inovadoras e que, para usar o ditado popular, “inventam a roda” a cada nova concepção educacional.

É preciso arrear caminho inúmeras vezes, ao descobrir-se que a via não conduz aonde se deseja; e no que respeita ao acordo dos seus adeptos, relativamente às suas afirmações, encontra-se a metafísica ainda tão longe de o alcançar, que mais parece um terreno de luta, propriamente destinado a exercitar forças e onde nenhum lutador pôde jamais assenhorear-se de qualquer posição, por mais insignificante, nem fundar sobre as suas vitórias conquista duradoura. Não há dúvida, pois, que até hoje o seu método tem sido um mero teste e, o que é pior, um teste apenas entre simples conceitos. (KrV BXV)

Assim como para a metafísica adentrar no rumo certo das ciências, talvez hoje a educação também precise de uma Crítica. Um tribunal racional para as diferentes teorias educacionais revolucionárias e utópicas, para então voltarmos a compreender, algo que já era compreendido no séc. XVIII, que para a educação é necessário disciplina e instrução.

Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem. A falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina. (Pedagogia 444)

O problema da educação é esquecermos: o que nós, professores, escolas e governantes queremos de nossos alunos? Queremos que eles se tornem o quê? Um cidadão? Um homem? Um empresário? Um operário? Afinal, vivemos em uma época em que falar palavras como disciplinar, formar, moralizar, etc são quase blasfêmias

em meio a essa *pedagogia nova* presente em nossas escolas.

Se a escola não tem mais como função formar um cidadão moral, ético e autônomo: então qual a sua função? Passar tempo? Ser uma creche pública, ou privada, até os 17 anos? A crise da educação brasileira já vem acontecendo e sendo pronunciada há anos. Para ser resolvida é preciso antes de tudo nos perguntar: o que queremos de nossos alunos? Enquanto não descobrirmos, não seremos capazes de mudar este quadro caótico em que está imersa a educação brasileira.

A resposta de Kant para questão: o que desejamos de nossos alunos? Seria, em primeiro lugar, a moralização do homem até que ele se torne um sujeito cosmopolita, capaz de pensar por si mesmo. Tal moralização só é possível por um longo e penoso processo de educação e esclarecimento do homem, através de um esforço mutuo entre a família, escola, e Estado.

Notamos também que se não deixarmos de lado jargões (“devemos formar um cidadão crítico” ou “formamos nossos alunos para a vida”), entre outros inúmeros slogans publicitários e pedagógicos (que no fundo quem o escreveu não faz a mínima ideia do que significam), e não voltarmos aos grandes teóricos da filosofia, (sobretudo os que pensaram a educação em seu ponto fundamental entre eles Kant, Rousseau, Locke, Aristóteles e Platão), continuaremos a patinar em meio às confusões das teorias educacionais atuais.

06 - Referências Bibliográficas

KANT, I. **Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático**. Trad.: Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, Biblioteca Pólen, 2006.

_____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Trad.: Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Trad.: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. Segunda Edição.

_____. **Que significa orientar-se no pensamento?** in.: Textos seletos, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

_____. **Idéia de Uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita**. Trad.: Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento?** in: Textos Seletos. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. In : Os Pensadores. Trad.: Valério Rohden. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Sobre a pedagogia**. Trad.: Francisco Cock Fontanella. Editora Unmep. 2002

Bibliografia complementar

Horn, Geraldo Balduino. Do ensino da filosofia à Filosofia do ensino: contraposições entre Kant e Hegel. Artigo.

Pinheiro, Celso de Moraes. Kant e a Educação. Reflexões Filosóficas Ed. EDUCS. Ano. 2007.